



MOEDA SOCIAL E RENDA: O Caso da Mumbuca em Maricá

Thyanne Barboza Cunha dos Santos

UFF

thayannes@gmail.com

Vanuza da Silva Pereira Ney

UFF

vanuzaney@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, os movimentos sociais brasileiros reagiram à crise de desemprego incentivando e criando empreendimentos econômicos solidários. Desde então, o assunto está cada vez mais presente em debates universitários, dentro da comunidade ou na esfera pública.

A economia solidária, segundo Singer (s.d), surge como uma alternativa ao modo de produção capitalista criada por aqueles que se encontram ou temem ficar marginalizados no mercado de trabalho. Os princípios da economia solidária são a cooperação da produção, baseado na posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores; e destinação do excedente anual.

Gaiger (2003) apresenta uma economia solidária moldada a partir de uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. Assim sendo, o autor defende que a economia solidária possui características semelhantes a economia camponesa por envolver relações pessoais diferentes da relação assalariada. Para ele, a cooperação é o que torna possível a sustentação dessa nova economia, “[...] através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra econômicos [...]” (GAIGER, 2003, p.192) pois age em prol dos produtores. Segundo o autor:

“O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar ou favorecer um maior rendimento do trabalho associado.” (GAIGER, 2003)

Para alguns autores, como Lechat (2004), o que hoje denomina-se economia



solidária, ficou por muitas décadas conhecido na literatura como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Normalmente, nota-se que a economia solidária são empreendimentos oriundos de indivíduos excluídos da posse dos meios de produção e distribuição, constituído como uma das principais formas de luta contra o capitalismo.

As relações de trabalho na economia solidária são contrárias ao modo de produção assalariada pois, diferentemente da prática habitual, não são os trabalhadores que empregam o capital. Apesar disso, a economia solidária para Gaiger (2003), não ameaça a existência do capitalismo já que, para o autor, as duas economias apenas existem concomitantemente. Enquanto Singer (s.d.), pontua as profundas mudanças geradas pela economia solidária dimensionando uma transformação social a longo prazo. Para o último autor, a economia solidária não é a única forma de luta das camadas mais pobres contra o capitalismo. O que se tem observado é que entre os mais pobres há mais solidariedade e a ajuda mútua se faz necessária para sobrevivência, principalmente entre pessoas que possuem certa afinidade, como pessoas que habitam uma mesma comunidade, por exemplo.

A crise de desemprego que assolou o Brasil nos anos de 1990 contribuiu para que as práticas solidárias se expandissem no país motivadas por organizações da sociedade civil, incubadoras universitárias, movimentos sociais e igrejas. Assim, os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho nessa época começam a se inserir nas práticas de economia solidária, contribuindo para criação dessa economia paralela que segue condutas de produção, trabalho e escoamento que visam o coletivo e as decisões horizontais. A economia solidária se constrói assim como uma forma de inserção no mercado de trabalho que possui interferência direta na vida do trabalhador. Essa alternativa de modo de produção está se constituindo, segundo SANTOS (2008), como uma forma de sobrevivência que acarreta na construção de uma organização democrática, solidária e capaz de colaborar para que o indivíduo se torne sujeito do seu processo histórico.

A difusão desta economia alternativa traz consigo novas oportunidades de emprego e assim, de geração de renda, representando possibilidades até então inusitadas de organização da sociedade. Nas cooperativas de produção os empresários possuem a mesma parcela de capital, o mesmo direito de voto nas decisões da empresa e, portanto,



a mesma parcela de lucro. Assim, a autogestão traz enormes benefícios para a população brasileira à medida que contribui para o amadurecimento dos trabalhadores que passam a administrar seus negócios coletivos.

No Brasil, programas de economia solidária voltados para geração de renda e emprego, assim como para o desenvolvimento regional, contribuíram para o surgimento de um número expressivo de moedas sociais locais circulantes. Tais moedas surgem como um mecanismo de combate a escassez e como impulsor da circulação de bens e saberes. As moedas sociais são “criadas e geridas por uma comunidade, com o objetivo de promover a economia local, especialmente em lugares onde há grande evasão de recursos” (SANTOS; SILVA, 2014, p. 213). Os mercados solidários valorizam os conhecimentos daqueles que compõem a comunidade, incentivando a integração e organização da mesma. Desta forma, as regiões que possuem um mercado solidário adotando uma moeda social, estimulam uma interação diferenciada de comercialização, possibilitando a formação de mercados de troca, fortalecendo a produção local e mantendo os recursos presentes naquela comunidade. Assim, as moedas alternativas agem como um mecanismo de troca e meio de pagamento criado e gerido por associações solidárias - os chamados clubes de troca - permitindo a aquisição de bens e serviços que, na ausência de dinheiro, a população não conseguiria obter.

Em períodos de grande desemprego, parte da população se descobre apta a produzir bens que sejam de utilidade de outras pessoas e se veem na necessidade de consumir bens que são produzidas por terceiros. Em meio a esse cenário surgem os clubes de trocas, onde essas pessoas podem trabalhar umas para outras de maneira rápida e eficiente, viabilizando que produtos feitos em casa por algum membro da comunidade seja partilhado com outros membros. Os membros que compõem os clubes de trocas se configuram simultaneamente consumidores e produtores, recebendo o nome de *prossumidores* (SINGER, s.d).

A moeda alternativa não possui o objetivo de substituir a moeda padrão, é apenas uma resposta da população à escassez de recursos providos pelo Estado. Ela não permite o entesouramento, ou seja, a moeda social favorece as trocas solidárias, mas não é capaz de gerar mais dinheiro através da aplicação de juros. Além disso, em geral, as moedas sociais possuem o mesmo valor da moeda oficial do país, facilitando ainda mais as transações entre os diferentes clubes de troca. São os Bancos Comunitários as



entidades responsáveis pela emissão das moedas sociais.

O primeiro banco comunitário a surgir no Brasil nasceu em 1998 a partir de uma associação de moradores do conjunto Palmas que objetivava promover o desenvolvimento do bairro, extremamente pobre. A comunidade iniciou sua formação em 1973 devido a um plano de urbanização que ocasionou a expulsão de parte da população que habitava a região litorânea. Devido a estas circunstâncias, os desapropriados se instauraram de forma precária na região, sem condições adequadas de saneamento básico, água tratada, energia elétrica ou qualquer tipo de serviço público. Em 1997, constatou-se segundo Melo Neto (2002) que:

A população economicamente ativa, 90% tinham renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$100), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido à falta de acesso ao crédito e à ausência de uma estratégia de comercialização de seus produtos (*Ibid*, 2002, p. 141)

Diante deste cenário, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) detectou que grande parte dos membros de sua comunidade possuía habilidades tais como: artesanato, confecção de roupas e alimentação. Mas não conseguiam alavancar a comercialização de seus produtos por falta de acesso ao crédito e público consumidor, devido ao hábito dos moradores de consumir fora da cidade. Para reverter essa situação, a Associação criou, em 1998, o Banco Palmas com o objetivo de fornecer acesso ao microcrédito para produção e consumo local, a juros baixos, sem exigir comprovações de rendas e consultas cadastrais. Sendo o banco gerido pela própria comunidade sob um sistema integrado de desenvolvimento local que promove crédito, produção, comercialização e treinamento (SOUSA, 2011).

O Banco Palmas passou então a trabalhar com diversas vertentes que possuem o objetivo comum de elevar a qualidade de vida das populações carentes e estimular o desenvolvimento socioeconômico através do microcrédito, moeda social, Incubadora Feminina e estímulo ao capital social. O Palmas, moeda social criada pelo banco solidário, funciona como uma moeda complementar ao Real - moeda oficial brasileira -, possuindo o mesmo valor nominal. Como forma de incentivar a população a adquirir a moeda alternativa, foi necessário conseguir a adesão de empresas responsáveis por



fornecer os serviços básicos à população como: remédios, gasolina, gás de cozinha, transportes públicos, luz, entre outros. Além disso, era necessário que o Palmas possuísse um valor mais elevado que o Real, para isso, os comerciantes passaram a fornecer descontos que variavam de 2% a 15% visando estimular os consumidores a utilizarem a moeda social (SOUSA, 2011).

Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Católica de Brasília em 2008 constatou que os membros do Banco Palmas possuem uma renda mais igualitária do que aqueles que não são membros. Além disso, os membros possuem moradias melhores e têm maior acesso às informações difundidas no bairro. Percebendo-se assim, a importância do Banco Solidário para a geração de emprego, trabalho e renda na comunidade.

A experiência vivenciada pelo Conjunto Palmeiras serviu como exemplo para diversas outras comunidades no Brasil, que passaram a adotar o conceito de Banco Comunitário de Desenvolvimento respeitando o estatuto da ASMOCONP, preservando com a criação do Instituto Palmas, em 2003. Inicialmente, o Instituto assumiu o papel de captador de recursos públicos e privados e organizador das informações de capacitação para disseminação dos bancos comunitários. Em 2005, uma parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) possibilitou o surgimento do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários que teve como resultado a criação de diversos outros bancos comunitários distribuídos pelo Brasil.

Diferentemente da grande maioria das moedas sociais hoje existentes, a moeda Mumbuca foi pensada como uma política pública da prefeitura da cidade de Maricá, localizada do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, a Bolsa Mumbuca é um programa de erradicação da pobreza, combate à desigualdade social, fomento ao desenvolvimento social e econômico da região e geração de emprego a partir de uma lei de economia solidária. A Lei Nº 2.448 de 26 de junho de 2013 determina que as pessoas contempladas com a bolsa recebam mensalmente 85 Mumbucas – equivalente a 85 reais – para consumir nos comércios locais credenciados ao Banco Comunitário.

2 – OBJETIVOS

Identificar e analisar as transformações ocasionadas pela implementação da moeda



Mumbuca no município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, particularmente, a Mumbuca chama a atenção por ser tratar de uma iniciativa da prefeitura, o que contraria o caso das demais moedas sociais no Brasil, que tem a sua origem nas comunidades, por iniciativa dos movimentos sociais e populares.

3 – METODOLOGIA

A metodologia usada na pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa foi feita uma revisão teórica dos principais autores referentes ao tema Economia Solidária, destaque para Paul Singer, Euclides Mance e Luiz Inácio Gaiger. Buscou-se identificar semelhanças e diferenças nas abordagens dos três autores em relação ao tema.

Nessa etapa ainda foi feito um levantamento bibliográfico sobre as moedas sociais, buscando entender como elas surgiram e de que maneira funcionam, buscando também identificar as moedas sociais existentes no Brasil, suas características e peculiaridades, com destaque para o Palmas, bem como a Mumbuca, que é objeto desse estudo.

Na segunda etapa, está previsto a aplicação de questionário e a realização de entrevistas aos beneficiados com a Bolsa Mumbuca, buscando identificar e analisar as transformações ocasionadas desde a aplicação dessa política pública municipal.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

Maricá situa-se na região metropolitana do Rio de Janeiro e possui cerca de 140 mil habitantes, distribuídos em um território de aproximadamente 362 km². A cidade, que em 2017 completa 203 anos, está inserida em uma área de exploração de petróleo e por isso, passou a receber os referidos royalties, que totalizam mais de um terço da receita total do município, cerca de 130 milhões de reais, segundo o Portal da Transparência (2014).

O governo local optou por utilizar os royalties provenientes do petróleo em uma política de desenvolvimento socioeconômico. Para tal, firmou uma parceria com o Instituto Palmas e criou o Banco Comunitário de Maricá, implementando a moeda



social Mumbuca, na forma de cartões magnéticos de débito. O programa busca cumprir seu objetivo por meio da implementação da:

Política Pública de Fomento à Economia Solidária; criação de Centros Públicos de Economia Solidária, Incubadoras Públicas de Empreendimentos Solidários, Centros de Comercialização Justa e Solidária e Mercados Públicos de Empreendimentos Econômicos Solidários, feiras, festivais, lojas solidárias e outros instrumentos de comércio justo. (Lei nº 2.448, cap.1, art.1)

Nesse sentido, foi criada a Bolsa Mumbuca que é uma transferência direta de renda para as famílias mais pobres da região, que vivem com até um salário mínimo por mês. O cadastramento é feito diretamente com a prefeitura que verifica a renda dos solicitantes e envia os dados para empresa que confecciona os cartões – a Vale Shop, com sede em Brasília-DF, que então envia os cartões ao Banco Mumbuca para que sejam repassados à população. O cadastro realizado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania exige cópia da Identidade, CPF, Título de Eleitor em Maricá, PIS ou PASEP, comprovante de residência, carteira funcional, cartão do INSS, carteira de vacinação das crianças menores de 6 anos, certidão de nascimento dos filhos, declaração escolar e documentação do cônjuge, caso houver.

Uma pesquisa realizada pela FGV em 2014 indicou que 104 empreendimentos já haviam sido cadastrados sem nenhum tipo de custo, entre eles farmácias, mercados, bazares, peixarias, hortifrutis, papelarias, distribuidores de água e gás, etc. As empresas que desejam fazer parte da rede solidária realizam um cadastro juntamente com a entrega de documentação e análise de aderência (verifica se é de fato um comércio local, se existem comércios próximos com os mesmos produtos já cadastrados e a natureza destes produtos) para que a empresa Vale Shop instale as máquinas de captura de transações por cartão e realize as manutenções necessárias.

Em relação ao fluxo de crédito do programa:

Inicialmente o Instituto levanta a informação de quantos cartões foram entregues e quantos deverão ser recarregados, então o mesmo pode passar o valor à Vale Shop que então habilita os cartões para o uso no dia 5, ou dia útil posterior - deve-se notar que o crédito não foi gerado até então. Nesse momento inicia-se o período de consumo durante o mês todo, de modo que no dia 31 se conte tudo o que foi consumido no estabelecimento para no dia 2 ou 3 se gere o crédito e deposite na conta do Instituto, para que esse repasse aos lojistas a quantia consumida, subtraída de 3% que é a taxa administrativa da Vale Shop (FREITAS; EGYDIO, 2014, p. 13)

A princípio, alguns comerciantes tinham receio em permitir o pagamento em



moeda social pois tinham receio de não receber o pagamento da prefeitura, já que o mesmo ocorre apenas no final do mês. Apenas aqueles que possuíam algum tipo de conhecimento na prefeitura sentiam confiança na proposta.

A pesquisa detectou que alguns comerciantes cadastrados reclamaram do longo tempo até o dinheiro ser depositado em conta corrente, mas já havia na época da pesquisa, o plano de reduzir esse período de espera para 15 dias e posteriormente, para 5 dias, contudo até 2016 este plano ainda não havia sido posto em prática. Além disso, alguns comerciantes reclamaram do sinal da máquina de transação e da falta de orientação dos usuários que tentaram consumir produtos não permitidos, como cigarros e bebidas alcóolicas.

Em contrapartida às críticas recebidas, os comerciantes afirmaram que com o programa suas vendas subiram, permitindo a contratação de novos funcionários, melhoria no espaço físico das lojas e aumento nos estoques. Portanto, avaliaram o programa de forma positiva, no geral.

No que diz respeito aos beneficiados pela Bolsa Mumbuca, muitos reclamaram da demora para confecção do cartão e do preço dos estabelecimentos credenciados. A maioria dos usuários do cartão, viam a iniciativa como positiva para si mesmos e não para a comunidade como um todo, questionando por que os comércios de porte maior não eram credenciados. Além disso, muitos detectaram a existência do viés político, alegando que para o cadastramento, era necessário apresentar o título de eleitor.

Os gastos foram em sua maioria em alimentos e remédios, sendo que os mais velhos destinavam maior parte da renda para remédios enquanto os mais jovens consumiam mais alimentos. A pesquisa pôde observar também que os beneficiados que habitavam próximos aos estabelecimentos cadastrados tendiam a consumir o crédito aos poucos, diferentemente daqueles que moravam longe. Detectou-se a falta de conhecimento dos estabelecimentos credenciados por parte dos usuários e pode-se notar que, na maioria dos casos, a população ficava sabendo do cartão por vizinhos ou pela família.

O Instituto Palmas possui papel importante no funcionamento da Bolsa Mumbuca, o Banco Comunitário é responsável pela implementação e gestão do Banco Comunitário Popular de Maricá e pela inserção da moeda social Mumbuca; o gerenciamento e pagamento da bolsa aos beneficiados pelo programa é realizado pelo



Programa Social.

Uma outra pesquisa realizada também pela FGV (2016) afirma que:

Do ponto de vista econômico, verifica-se que a moeda social mumbuca tem um ciclo de vida bastante curto. Desde a injeção de recursos pela prefeitura e recebimento por parte dos beneficiários, a moeda segue diretamente até o comércio local, quando é “resgatada” na consolidação das vendas do período pelo comerciante. O pagamento aos comerciantes é feito via depósito na conta-corrente em um banco tradicional, ou seja, em moeda nacional (real). Em outras palavras, a moeda social não circula continuamente, mas tem apenas um único ciclo de vida. (CERNEV; PROENÇA, 2016, p.7)

Foi possível perceber inclusive que a Prefeitura de Maricá possui interesse em seguir com o projeto, incrementando novas vertentes ao mesmo. Em abril de 2017, a Moeda Social Mumbuca passou a ser aceita no Caminhão do Peixe, projeto itinerante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca de Maricá. Os beneficiados com a Bolsa Mumbuca podem consumir os peixes até 50% mais baratos. Segundo o secretário André Braga, a parceria permitiu aliar “alimentação de qualidade e bom preço com as Finanças Solidárias da Prefeitura, que tem melhorado a vida do povo e do pequeno comerciante.”

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da Economia Solidária tem se instalado e evoluído no Brasil a partir da criação de empreendimentos solidários criados com esforço coletivo como resposta à crise de desemprego, rompendo assim com a hierarquização dos espaços de trabalho (SILVA, 2015). Nota-se que a dinâmica da economia solidária parece “complexificar-se e enriquecer-se ainda mais, com a participação cada vez maior dos próprios poderes públicos” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 171), perceptíveis com o aparecimento e disseminação de políticas públicas de cunho municipal.

O caso de Maricá se diferencia das demais práticas de economia solidária por ter sido uma iniciativa do poder público. A prefeitura decidiu destinar parte dos royalties provenientes do petróleo para uma política social de transferência de renda, mas a princípio, os comerciantes da região tiveram dificuldades em aceitar a proposta de implementação da moeda social pela falta de confiança no governo vigente. Contudo, a insistência do programa acarretou em rápida adoção da Bolsa Mumbuca por parte dos beneficiários, que puderam aumentar sua renda, melhorando assim a qualidade de vida.

Na atual fase do programa, observa-se grande interesse da prefeitura em dar



continuidade ao projeto a partir da implementação de novos serviços com benefícios à população. Uma nova vertente já em planejamento pela secretaria é a bolsa material escolar que visa mais uma vez incentivar a economia local com o pagamento de um valor destinado a compra do material escolar para alunos da rede pública do município.

6 - REFERÊNCIAS

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição**, s.d. p. 1-15. Disponível em: <<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/10/economia-solidaria-paul-singer.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul. /dez. 2003.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade**. Coimbra: E-cadernos Ces, 2008.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias Intelectuais e o Campos da Economia Solidária no Brasil**. 2004. 393 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda Social e a Circulação das Riquezas na Economia Solidária**. Goiânia: Rede CTA-UJ Goiás, 2001.

RAPOSO, Jaciara Gomes; FARIA, Maurício Sardá de. **Banco Comunitário e Moeda Social**. 2015. P 1-19. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/6034>> Acesso em: 16 de maio de 2017.

SINGER, Paul. **Finanças Solidárias e Moeda Social**. s.d. Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DA6514F7/FINAN%20C3%87AS%20SOLID%20C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2017.

FREITAS, Henrique; EGYDIO, Olavo. **Programa Moeda Social Mumbuca: Inovação**



Social, Digital e Econômica. 2014. Disponível em: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexaolocal/relatorio_conexao_local_final_-_mumbuca_henrique_e_olavo.pdf. Acesso em 17 de maio de 2017.

CERNEV, Adrian Kemmer; PROENÇA, Bruna Auad. **MUMBUCA: A Primeira Moeda Social do Brasil.** 2016. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/article/view/61805>>. Acesso em 17 de maio de 2017.

Decreto no 2.448 de 26 de junho de 2013, disponível em < <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/lei-moeda-social-mumbuca.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2017.

Prefeitura de Maricá. Disponível em: < <http://www.marica.rj.gov.br/2017/04/10/cartao-mumbuca-no-caminhao-do-peixe/#>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. **Histórico da Economia Solidária no Brasil.** 2015, p.1-14. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf. Acesso em 21 de maio de 2017.

FILHO, Genauto Carvalho de França. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. 2006, p. 156-174. Disponível em http://cirandas.net/articles/0007/3987/Teoria_e_pr%C3%A1tica_em_ES_Fran%C3%A7a_Filho.pdf. Acesso em 21 de maio de 2017.